

• Finanças - 1 JUN 1987

CONSTITUINTE *amp 19*

Setor bancário debate anteprojeto para o sistema financeiro

por Walkyria Portes
de São Paulo

Pela primeira vez desde que foi aprovado o anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro, da Constituinte, há menos de uma semana, representantes do setor bancário puderam discutir a redação final com o presidente da subcomissão, senador Cid Carvalho (PMDB-CE), e com o relator, deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP). O presidente da Associação Brasileira de Bancos Comerciais (ABBC), promotora do encontro, na sexta-feira Elmo de Araújo Camões, considerou que o documento apresenta pontos radicais, como a proibição a bancos estrangeiros de captarem depósitos no País.

Segundo ele, não seria habilidoso impor esse tipo de restrição "num momento em que o País enfrenta problemas na área externa". O senador Cid Carvalho afirmou que a inclusão desse item teve a intenção de "polarizar os interesses, substituindo-se a idéia de estatização do setor, que gerava muita polêmica". Explicou que era muito forte a pressão estatizante e que aquela limitação acabou entrando no anteprojeto para resolver questões ideológicas.

Para o deputado Gasparian, o impacto de tal medida sobre o sistema financeiro não seria muito forte, "pois há no País poucos bancos estrangeiros que captam depósitos". Concordou, porém, com um impacto maior quanto aos bancos de investimento, já que muitos têm participação estrangeira. Tal como está redigido no anteprojeto, contudo, os bancos estrangeiros ficam excluídos do mercado financeiro nacional.

O presidente da ABBC discordou também da redução dos poderes do Banco Central (BC), considerando que deve ser garantida autonomia ao BC, com sua diretoria sendo eleita e com mandato não coincidindo com o mandato presidencial. Uma diretoria

eleita, conforme sua opinião, deveria permanecer ainda por mais dois anos, depois de cada mudança de governo. O senador insistiu, porém, na restrição à atuação do banco, argumentando que "numa democracia, ninguém pode ter superpoderes".

No documento apresentado pela ABBC, que faz forte oposição à estatização, a entidade defende ampla liberdade de mercado, igualdade de oportunidade para todos e, em consequência, "tratamento desigual para os desiguais", e a coexistência de empresas de menor porte, "para impedir a concentração bancária", ponto também defendido pelos constituintes, presentes ao encontro.

Camões, que considera que o anteprojeto precisa ainda de muito estudo, discorda da extinção do Conselho Monetário Nacional (CMN), que seria substituído por uma comissão mista, formada pelo Congresso. No seu entender, o CMN deveria incluir mais representantes do setor privado.

A idéia do anteprojeto, defendeu Cid Carvalho, é democratizar o sistema bancário. Ilustrou sua posição citando a eliminação, ou a gratuidade, das cartas patentes, "que dá oportunidade para participar do sistema a quem tenha capital, idoneidade e capacitação técnica".